

► DELAÇÕES

Presidentes dos diretórios afirmam que política passa por um momento de 'depuração' e que é preciso julgamento

# PT, PMDB e PSDB locais aguardam apuração e punição

LUCIANA MÜLLER  
lmuller@j.com.br

Após a decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou abertura de 76 inquéritos para investigar pessoas citadas nas delações da Odebrecht, incluindo parlamentares do PT, PMDB e PSDB, os diretórios municipais aguardam os desdobramentos das apurações para que os culpados sejam punidos. Contudo, existe temor de uma corrupção ter atingido a esfera judicial, situação que colocaria toda a sociedade em colapso.

O número de investigados pela Operação Lava Jato subiu para 195. Antes da decisão da Fachin, 109 parlamentares, ministros e outros envolvidos eram investigados no STF. Entre os parlamentares que serão processados no STF estão 16 nomes do PT, 14 do PMDB e 11 do PSDB. Todos foram citados nos depoimentos de delação premiada de ex-diretores da empreiteira.

Os diretórios dos três partidos de Jundiaí não tiveram personagens envol-



CRISE Arthur Augusto, presidente do PT, aponta a generalização das denúncias



CORRUPÇÃO Foelkel (PMDB) teme pela contaminação do judiciário



PUNIÇÃO Fernando Souza (PSDB) defende apuração dos fatos denunciados

vidos nos escândalos, mas foram afetados em cadeia. O PT de Jundiaí, segundo o presidente do diretório municipal, Arthur Augusto, vem sofrendo o impacto desde o ano passado. "O PT vinha sendo perseguido. Agora, vitrou para todos os partidos. A delação não pode ser encarada como verdadeira absoluta. Se tudo for provado e condenado, chega-se a uma crise severa. Estamos aguardando os desdobramentos, até para que o partido assuma as suas responsabilidades", comenta.

Com menos citados na lista do ministro, o

PMDB, que tem como presidente do diretório municipal Waldemar Foelkel, aposta em reestruturação. "Antes as delações eram focadas no PT. Agora são todos. Isso mostra que é preciso uma estruturação geral. O presidente Michel Temer vem colocando em prática as reformas (política, previdenciária e trabalhista). Na atual situação do País é difícil até projetar um futuro. O que temo é que realmente haja infiltração da corrupção no judiciário. Se isso acontecer, com vendas de senenças, será o apocalipse", teoriza.

Foelkel também acredita que o resultado dos desdobramentos, assim como aconteceu na eleição anterior em vários locais, é o surgimento de novos nomes não ligados diretamente à política, ganhando espaço. "Isso aconteceu em São Paulo, com a eleição do Dória, que não tinha vida política anterior", analisa.

O presidente do PSDB de Jundiaí, Fernando Souza, mantém o posicionamento de enfrentamento da situação. "É um momento de depuração. Não podemos nos furtar de fazer a apuração dos fatos. Se confirmado, a sanção é

a medida a ser aplicada. Temos que manter a coerência. Defendemos a gestão pública responsável. Não há mais espaço para a velha política. O eleitor vai às urnas a cada dois anos. A supremacia do poder é separar (políticos) na hora do voto", aponta. Souza ainda afirma que a população vive um momento de decepção e que o diretório municipal é mais ligado aos nomes locais do partido assim como o deputado federal, Miguel Haddad.

Brasília

O deputado tucano jundiaense, Miguel Haddad, acredita na punição dos culpados. "Estamos vivendo uma crise política e econômica. Na economia, os sinais de melhora estão acontecendo. Pequenos, mas acontecendo. Sinal que estamos no rumo certo. Na política, a população vive momento de decepção. A justiça vem apurando e punindo os culpados, e isso é essencial. O PSDB defende a apuração e punição dos responsáveis por desvios de dinheiro público, independentemente de nomes e ou partidos", sentencia.



LUCIANA MÜLLER  
lmuller@j.com.br

Bullying

Na pauta da sessão da Câmara de Itupeva de hoje, às 19h, consta a votação de projeto de lei para a instituição no calendário municipal da "Semana de Conscientização, Prevenção e Combate ao Bullying". Após, o tema segue na Casa, com mais uma edição do Câmara Debate. O assunto será tratado pelo psicólogo clínico Gregório Nicolose.

Eu acredito

O presidente do PSDB de Jundiaí, Fernando Souza, que também é empresário e advogado, afirma que apesar de haver pessoas dispostas à corrupção e tratos ilícitos em todos os setores, ele acredita que os casos não representam a maioria. "Nunca deixei de acreditar na Justiça. Em todos os anos como empresário - mais de 25 anos - nunca tive um processo trabalhista", comenta.

Câmara de Jundiaí

A pauta da sessão da Câmara de Jundiaí de hoje contará com seis itens para apreciação dos parlamentares. O primeiro item a ser votado será o segundo turno da proposta de Emenda à Lei Orgânica do município, que prevê à Guarda Municipal a realização de ações de segurança junto a escolas. Desta forma, a atuação do programa 'Anjos da Guarda' não será interrompida com a mudança de governos.

2018

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) esteve, recentemente, em rede nacional, já preparando terreno para as eleições de 2018. O partido, segundo fontes ligadas, trabalha para livrar Lula das acusações e o lançar como candidato à presidência no próximo pleito. Contudo, além dos imbróglis na justiça, o ex-presidente estaria com a saúde debilitada, situação que deixa os correligionários temerosos.

Gastos

Os R\$ 10 bilhões gastos em propina pela Odebrecht dariam para comprar quase 84 mil ambulâncias, mais de 55 mil ônibus escolares e construir 5,5 mil creches e 5 mil UPAs. O secretário-geral da Associação Contas Abertas, Gil Castelo Branco, fez o cálculo. Se baseou em valores do Ministério do Planejamento e da Comissão de Orçamento do Congresso. "É muito dinheiro que podia estar indo para a infraestrutura do Estado."

Foro privilegiado

O STF deverá colocar em pauta no fim de maio uma ação que pode estabelecer limites para o "foro privilegiado", prerrogativa de autoridades, como ministros, deputados federais e senadores, de serem julgadas somente pela Corte em processos criminais. No julgamento, ainda sem data definida, os ministros deverão analisar uma proposta que restringe o foro àqueles casos em que o fato investigado ocorreu em razão do cargo ou do mandato.

► REFORMA

## Temer nega acordo com ex-presidentes, em entrevista

O presidente Michel Temer negou ontem (17), em entrevista concedida à rádio Jovem Pan, que esteja participando de um acordo com os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso para amenizar os efeitos da Lava Jato no cenário político brasileiro. Ele também classificou como "útil" a proposta de uma nova constituinte exclusiva para as reformas política e tributária no País.

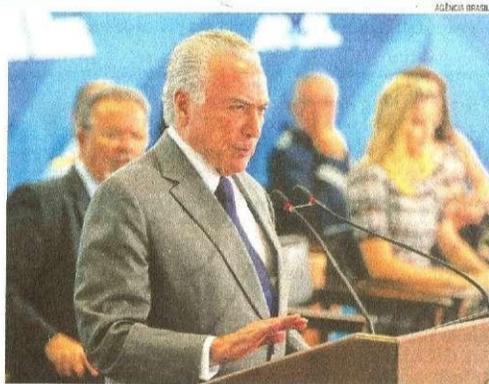
"Não participo, não promovo e jamais fui questionado ou perguntado a respeito disso", disse ele. "Até o ex-

presidente FHC diz que não tem conversa nenhuma nessa direção. E não tem mesmo. O que ocorreu foi que, quando fiz uma visita ao ex-presidente Lula, tendo em vista o que ocorreu [o falecimento da ex-primeira dama, Mariza Leticia] ele disse, citando FHC, que precisamos conversar sobre a reforma política. Nesse caso [restrito à reforma política] isso até pode ser visto. Mas apenas sobre esse tópico. Não sobre o que está acontecendo hoje no País".

Temer comentou também um manifesto publica-

do no jornal O Estado de S.Paulo, no qual juristas pediram a abertura de uma nova constituinte, sob a justificativa de que "a república acabou", após tantas denúncias contra políticos e instituições. "Tenho respeito jurídico a quem participou desse manifesto, mas confesso que tenho certo temor [em relação a uma nova constituinte]. A Constituição de 1988 foi de uma largueza extraordinária porque trouxe para dentro de si direitos liberais e sociais", disse o presidente.

"Se propusermos uma



SEM RUPTURA Michel Temer não vê como solução uma nova Constituição no País

constituinte para fazer uma reforma política e, quem sabe, tributária, eu até diria que seria útil. Mas, com todo o respeito a quem assinou esse manifesto, uma nova constituinte se

faz quando há ruptura com o estado anterior, colocando outro estado no lugar", disse o presidente, ao admitir a necessidade de uma reformulação político-institucional no País. (AB)

► RELATOR

## Fim do imposto sindical obrigatório terá resistência

O relator da proposta da reforma trabalhista na Câmara dos Deputados, Rogério Marinho (PSDB-RN), disse ontem (17) que o fim da contribuição sindical obrigatória deve ser o ponto do projeto que mais vai enfrentar resistência.

Atualmente, o valor, equivalente a um dia de salário, é descontado obrigatoriamente dos vencimentos dos trabalhadores e repassado às entidades sindicais. "As críticas que tenho lido e ouvido na imprensa têm se referido à obrigatoriedade do imposto sindical. Estamos tratando de uma série de ou-

tros itens", disse, antes de participar de encontros com representantes de organizações patronais.

Para Marinho, a mudança não deve enfraquecer os sindicatos, que serão fundamentais para o funcionamento de outros mecanismos da reforma, incluindo a previsão de que os acordos coletivos devem ter tanto valor quanto as normas legais.

"Para fortalecer o movimento sindical, aqueles que têm representatividade fazem os acordos, e as convenções coletivas defendem os interesses dos trabalhadores e dos empresários. Certa-

mente serão financiados pelos associados. Aqueles que não tem essa condição, vão perecer", afirmou.

Na opinião do deputado, a mudança será o início de uma reforma no sistema de representação organizacional dos trabalhadores. "É o início de uma reforma sindical que, certamente, acontecerá mais adiante, inclusive com a retirada de outra excrescência, que é a unicidade sindical, que gera toda sorte de distorção", disse, em referência a previsão legal de haver apenas um sindicato por categoria. (AB)

► PREVIDÊNCIA

## Contribuição de 49 anos deve cair

O presidente da Comissão Especial da Reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, Carlos Marun (PMDB-MS), disse ontem (17) que haverá mudança na exigência de que o trabalhador contribua por 49 anos para ter direito a receber o teto da aposentadoria.

Marun não detalhou, porém, qual será o tempo de contribuição necessário para que o trabalhador tenha direito de receber o benefício máximo. "Vai mudar a regra dos 49 anos, agora, não sei o detalhe de

como será. Tudo que vi nas discussões que foram apresentadas sinaliza para uma regra que considero inteligente, mas não tenho detalhes. Que não vai ser 49 anos já está fechado", disse Marun, em entrevista após participar de seminário sobre a reforma da Previdência.

A previsão é que o relatório sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, sobre a reforma da Previdência, seja apresentado hoje (18) na comissão especial da Câmara. (AB)